

Brasília, 25 de maio de 2026

Seleção

Sumário

MSN Notícias

Sábado, 23 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Veja como vai funcionar a primeira política nacional voltada para culturas tradiciona... .. 3

O Globo

Domingo, 24 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

DIREITO AUTORAL NÃO FOI ATUALIZADO PARA A IA 6

Correio Braziliense - Online

Domingo, 24 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

A mais de 1.100 metros de altura, a "Capital da Maçã" chega a -10 °C e fatura R\$ 1 bi... .. 8

Veja como vai funcionar a primeira política nacional voltada para culturas tradicionais e populares do Brasil



Dos festejos de São João aos reisados, das manifestações do Boi às tradições transmitidas pela oralidade, as culturas populares brasileiras passaram a contar, oficialmente, com uma política nacional inédita de valorização e proteção. Durante a abertura da 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura, nesta quinta-feira (21), em Aracruz (ES), o Governo do Brasil assinou três medidas voltadas ao fortalecimento das culturas tradicionais e populares no país.

Foram assinados o decreto que institui a Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares, a portaria que cria a Rede Nacional de Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares e a portaria que cria o Programa Festejos Populares do Brasil, voltado ao incentivo de celebrações tradicionais em todas as regiões do país.

Os anúncios foram realizados em cerimônia com participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra da Cultura, Margareth Menezes. As medidas ampliam a atuação do Ministério da Cultura nas políticas voltadas às manifestações populares e tradicionais, fortalecendo ações de reconhecimento, preservação, difusão, formação, memória e geração de renda ligadas às culturas de base comunitária. Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares

A nova Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares é a primeira iniciativa nacional dedicada exclusivamente à valorização, proteção e promoção dessas expressões culturais no Brasil. O decreto estabelece diretrizes para atuação integrada

entre poder público e sociedade civil e reconhece

mestras, mestres, grupos, coletivos, comunidades e povos tradicionais como beneficiários da política.

O texto define culturas tradicionais e populares como o conjunto de criações culturais transmitidas predominantemente pela oralidade e baseadas na tradição, que expressam as identidades socioculturais de comunidades por meio de valores, práticas, conhecimentos e tecnologias.

Entre os princípios da política estão o reconhecimento sociocultural de mestras e mestres das culturas populares, a garantia dos direitos culturais, a valorização das dimensões simbólica, cidadã, política, sociocultural e econômica dessas manifestações e a promoção do direito à memória, à salvaguarda e à preservação dos patrimônios culturais tradicionais. O decreto também prevê a proteção dos conhecimentos tradicionais e da territorialidade, além do combate às desigualdades e discriminações que afetam essas comunidades.

Durante a cerimônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou o caráter histórico da medida.

"Pela primeira vez, o Brasil terá uma política nacional dedicada exclusivamente à valorização e proteção das nossas culturas tradicionais e populares", afirmou.

A política estabelece diretrizes para ampliar o acesso de comunidades tradicionais às políticas públicas de cultura e aos mecanismos de financiamento cultural, estimular a participação social nas instâncias de gestão e fortalecer a articulação entre União, estados e municípios. O texto também prevê incentivo à economia criativa das culturas populares e à internacionalização dessas manifestações culturais.

Entre os objetivos previstos estão ações de salvaguarda da memória cultural, difusão de saberes e práticas tradicionais, promoção da transmissão intergeracional de conhecimentos, ampliação do acesso da sociedade às expressões culturais populares e fortalecimento de iniciativas de desenvolvimento sustentável e geração de renda ligadas às co-

munidades tradicionais.

A governança da política ocorrerá em regime de co-operação entre entes federativos, agentes culturais e sociedade civil. O Ministério da Cultura será res-

ponsável pela coordenação da iniciativa e deverá instituir um comitê gestor para acompanhar a implementação das ações.

Segundo a ministra da Cultura, Margareth Menezes, as medidas representam um avanço no reconhecimento institucional das manifestações culturais historicamente construídas pelo povo brasileiro.

"Estamos falando de uma política construída a partir da escuta dos territórios, dos mestres e mestras, dos grupos e comunidades que mantêm vivas as tradições culturais do Brasil. É um passo importante para garantir reconhecimento, proteção e continuidade dessas expressões culturais."

Para a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Rollemberg, as medidas fortalecem uma agenda de cidadania cultural baseada na valorização dos territórios e das tradições populares brasileiras.

"A criação dessa política nacional e dos programas voltados aos mestres e festejos populares fortalece uma agenda de cidadania cultural baseada na escuta dos territórios, na valorização da diversidade e no reconhecimento das culturas populares como patrimônio vivo do Brasil." Programa Rede Nacional de Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares

Outro ato assinado durante a cerimônia foi a portaria que institui o Programa Rede Nacional de Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares. A iniciativa tem como objetivo mapear, reconhecer, valorizar, preservar, proteger e difundir os saberes, conhecimentos, práticas e tecnologias tradicionais e populares em todas as regiões e territórios do país.

A portaria reconhece como mestras e mestres pessoas de sabedoria notória, legitimadas por suas próprias comunidades como representantes e herdeiras de conhecimentos e práticas culturais tradicionais, transmitidos por meio da oralidade, da corporeidade e da vivência coletiva.

Entre os princípios do programa estão a valorização da diversidade cultural, a promoção do direito à

memória e à salvaguarda dos patrimônios culturais, o estímulo à inovação com respeito às tradições e a valorização da **propriedade intelectual** das comunidades e detentores dos saberes tradicionais. O texto também incorpora diretrizes ligadas à reparação cultural, justiça climática, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental das práticas culturais.

A iniciativa prevê o mapeamento nacional de mestras e mestres das culturas populares, a criação de uma plataforma digital colaborativa para registro e disseminação de saberes, além da realização de ações formativas e intercâmbios culturais. O programa também deverá promover o registro das trajetórias de mestres e mestras, apoiar pesquisas sobre certificações e titulações em universidades e ampliar a visibilidade desses detentores de saberes em encontros culturais e festividades tradicionais.

A iniciativa prevê articulação com estados, Distrito Federal e municípios para ações de reconhecimento, valorização, preservação e difusão dos saberes tradicionais e populares, além da formação de redes de cooperação entre o Ministério da Cultura, instituições de ensino e entidades culturais.

Durante o anúncio da medida, a cerimônia destacou que "a expertise e o conhecimento de nossos mestres e mestras encontram, finalmente, um espaço de reconhecimento e valorização no âmbito estatal". Programa Festejos Populares do Brasil

Também foi instituído o Programa Festejos Populares do Brasil, voltado ao reconhecimento, valorização, preservação e incentivo às festas tradicionais e populares calendarizadas em municípios, estados e no Distrito Federal. A iniciativa busca fortalecer a cultura de base comunitária e impulsionar a economia da cultura em diferentes territórios do país.

A portaria define os festejos populares como espaços coletivos, comunitários e de lazer em que se manifestam as características socioculturais de determinado território e de seu povo, por meio de expressões como música, dança, canto, gastronomia, vestimentas, performances artísticas e outras manifestações culturais. O texto exclui eventos de caráter estritamente comercial ou desvinculados das tradições populares comunitárias.

Entre os princípios do programa estão a valorização da diversidade cultural brasileira, a preservação das tradições populares, a participação ativa das comu-

nidades e o estímulo à sustentabilidade das manifestações culturais e da economia da cultura nos territórios. A portaria também prevê ações voltadas à superação de desigualdades sociais e ao fortalecimento da inclusão nas políticas culturais relacionadas aos festejos populares.

O programa terá como objetivos mapear os festejos tradicionais em todas as regiões do país, elaborar um calendário nacional de festas populares, incentivar redes produtivas ligadas a vestuário, gastronomia, artesanato, literatura, cordel e outras expressões culturais, além de promover ações de formação sobre patrimônio cultural material e imaterial relacionado às festividades populares brasileiras.

A iniciativa também prevê cooperação federativa para apoiar tecnicamente estados e municípios na organização e fortalecimento dessas celebrações, além de ações de capacitação para mestres e mestras da cultura, gestores públicos e agentes culturais sobre impactos sociais, educativos e econômicos dos festejos populares.

Entre as manifestações citadas durante a cerimônia estão festas como São João, Carnaval, manifestações do Boi e Reisados, expressões culturais presentes em diferentes territórios brasileiros e reconhecidas pela forte dimensão comunitária, identitária

ria e econômica.

Na ocasião, também foi assinado o decreto que reformula o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Teia Nacional

A 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura reúne agentes culturais, coletivos, mestres e mestras das culturas populares, povos tradicionais, representantes da sociedade civil e gestores públicos de todas as regiões do Brasil.

O evento é uma realização do Ministério da Cultura, do Governo do Estado do Espírito Santo, da Prefeitura de Aracruz e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), o Sesc, Unesco e o programa IberCultura Viva.

DIREITO AUTORAL NÃO FOI ATUALIZADO PARA A IA



Entusiasta da inteligência artificial, executivo que lidera publicação centenária defende regulação global e saídas para a confusão entre real e falso

Nick Thompson não perde o fôlego. Depois de passar por Wired e The New Yorker, ele assumiu em 2021 como CEO da revista The Atlantic, que tinha um rombo de US\$ 20 milhões, e levou a publicação americana de 169 anos de volta aos lucros em apenas três. Ele concilia o cargo com a apresentação do podcast "The Most Interesting Thing in AI" ("a coisa mais interessante em IA", em tradução livre) e palestras pelo mundo sobre jornalismo, tecnologia e negócios. Em 10 de junho, fala no Web Summit Rio. Thompson ainda é ultramaratonista: detém o recorde americano dos 50 km para a faixa de 44 a 49 anos. No entanto, em conversa com O GLOBO, ele avalia que ser jornalista e executivo de mídia na era da IA é um desafio maior que qualquer prova.

É mais difícil correr uma ultramaratona ou fazer jornalismo na era da IA?

É muito mais difícil ser jornalista na era da IA.

O equivalente aproximado seria se você estivesse correndo uma maratona e não soubesse ao certo se haveria uma subida de mil metros no km 38, se o percurso teria realmente 42 km ou se estenderia

para 85 km ou fosse encurtado para 30 km.

Duas coisas interessantes. A primeira é a maneira como criamos reportagens. A IA pode ser uma ferramenta incrível para descobrir novos fatos ou identificar novos lugares para buscar informações. Não estou falando de texto e edição, mas da parte de encontrar coisas. Depois, há a questão de como leitores chegam até nós. À medida que a web muda, e o consumo de notícias muda, como as pessoas nos encontram? Por meio de agregadores, de agentes, de resumos? A IA ajuda a descobrir como levamos nossas informações às pessoas. E a terceira coisa é: à medida que a web passa de um ambiente dominado por humanos para um dominado por agentes, que tipo de modelo de

O que é mais interessante na IA para o jornalismo?

E o pior?

negócios podemos criar para sobreviver e prosperar? Algumas coisas são realmente ruins. Uma é que a linha entre o real e o falso está cada vez mais tênue. E quando as pessoas não puderem confiar em nada na web, vai ser mais difícil ser jornalista. Vamos fazer o possível para validar a notícia, mas a internet vai ficar bem estranha. Você vai ouvir vozes, não vai saber se são humanas ou de IA. Vai ficar muito complicado. A segunda coisa ruim é que o modelo atual de negócios (de mídia) se baseia em links. Essa estrutura vai mudar. Algumas empresas vão prosperar, vão descobrir a nova estrutura e como ganhar dinheiro, e outras vão ficar em apuros.

Meu palpite é que a IA cria muito mais empregos do que elimina e que a demanda mundial por informação de alta qualidade é quase infinita. A IA explodiu há três anos e nossa equipe se expandiu bastante. Temos mais redatores, mais engenheiros.

Continuação: DIREITO AUTORAL NÃO FOI ATUALIZADO PARA A IA



Em certas funções, certas categorias e certas tarefas, a IA pode nos substituir. Mas, em geral, acho que isso criará oportunidades, inclusive para jornalistas, como startups. Quando os jovens me perguntam "devo entrar na mídia? É assustador", digo: "você deve entrar e descobrir algo que possa fazer que não poderia há cinco anos e usar essas ferramentas para construir algo criativo". Sou otimista no geral, mas acho que, para cada organização, haverá um período de mudança e de complexidade. Uma das coisas que a IA faz é permitir que todos tenham uma visão um pouco mais ampla do que fazem. Permite que os designers sejam um pouco engenheiros, e os engenheiros, um pouco designers. Não é específico da mídia, é do trabalho.

Como o jornalismo deve tratar **direito autoral** e **propriedade intelectual** na era da IA?

Há um problema enorme. As empresas de IA treinaram seus modelos com os nossos dados, que eram protegidos por **direitos autorais**.

Elas violaram, muitas vezes desafiando abertamente nossas regras, e construíram enormes modelos de negócios que competem conosco. Há uma série de processos judiciais, e estamos envolvidos nisso. Precisamos analisar cuidadosamente o que a indústria de IA fez, o que prometeu fazer em troca, então, definir bloqueios ou processos. Toda empresa de mídia precisa ter essa estratégia. Também acho importante que os governos analisem isso. A lei de **direitos autorais** não está atualizada para a era da IA, levando em conta como funciona. E os consumidores precisam pensar com cuidado. Se eles se importam com a sobrevivência das artes criativas, da mídia e dos indivíduos (como músicos, poetas), de-

veriam usar modelos de IA que levem essas questões a sério. Há medidas que podem ser tomadas pela sociedade, governo, mídia, empresas de IA e pessoas com senso ético para reverter essa infeliz sequência de eventos.

É difícil imaginar como diferentes países podem reagir quando as grandes empresas de tecnologia são aliadas do governo dos EUA.

Sim, é difícil.

Mas eu diria que se o Brasil aprovasse uma lei, que determinasse, por exemplo, que todas as empresas de IA que operam no país têm que divulgar os dados com os quais treinam seus modelos, você divulgaria isso para o mundo. As empresas de IA não querem que as pessoas saibam o quanto elas roubaram. Então, algum governo precisa ter a coragem de tornar isso obrigatório. Uma das coisas sobre a regulamentação internacional é que não se trata apenas dos EUA ou da China. As maiores empresas estão nesses dois países, mas a regulamentação global pode realmente desempenhar um papel importante. E estamos começando a ver leis surgindo no Reino Unido, na Austrália. Não sei o suficiente sobre a política brasileira, mas o Brasil pode fazer muito pelo mundo da IA. Acordos específicos (entre empresas de IA e de mídia) não são uma solução para todo o jornalismo. Espero que sejam o primeiro passo. A solução é um estágio final em que as grandes empresas de IA construam um modelo que proporcione uma troca justa com as empresas que lhes forneceram as informações.

Você estava na Wired durante a produção da clássica capa "The web is dead" ("A **internet** morreu"), em 2010.

A IA é o golpe final **na internet** aberta?

vão mudar drasticamente, mas a web aberta ainda vai existir. O fato de ter os meus agentes em funcionamento me convenceu disso, porque a web precisará existir como fonte de informação para os agentes e para os humanos. Como serão os novos modelos de negócios e a nova navegação, não sei. Quando fizemos aquela matéria, todo mundo estava migrando para a economia baseada em aplicativos. A web mudou muito naquela época. Vai mudar muito agora, mas não acho que vai morrer.

A mais de 1.100 metros de altura, a "Capital da Maçã" chega a -10 °C e fatura R\$ 1 bilhão, transformando o frio extremo em ouro



No topo da Serra Catarinense, a mais de 1.100 metros de altitude, São Joaquim se consolidou como uma das cidades mais frias do Brasil, onde temperaturas já chegaram próximas de -10°C. Esse cenário rigoroso transformou o município em referência nacional quando o assunto é clima, vinho e agricultura de inverno, além de reforçar o apelido de Capital Nacional da Maçã.

Como São Joaquim se tornou a Capital Nacional da Maçã

O reconhecimento oficial veio com a Lei Federal 13.790, sancionada em 3 de janeiro de 2019, que atribuiu a São Joaquim o título de Capital Nacional da Maçã. A decisão se baseia na força produtiva da região: segundo a Pesquisa Agrícola Municipal de 2024 do IBGE, o município produziu cerca de 250 mil toneladas da fruta, ocupando aproximadamente 9 mil hectares e respondendo por cerca de 25% da produção nacional.

O desenvolvimento da fruticultura começou na década de 1970, com a implantação do Programa de Fruticultura de Clima Temperado, que trouxe variedades e técnicas adaptadas do Japão e dos Estados Unidos. A maçã Fuji se destacou na região e ganhou reconhecimento oficial em 2021, quando recebeu o selo de **Denominação de Origem** pelo **INPI**, consolidando a vocação agrícola da cidade e transformando o frio em um dos principais motores da economia local.

Por que o frio é o ouro do município?

De acordo com a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina),

a cultura da macieira depende diretamente da ocorrência de pelo menos 900 horas de frio abaixo de

7°C ao longo do ano para garantir floração e produção de qualidade. Nesse cenário, São Joaquim se destaca justamente por oferecer essas condições de forma consistente, transformando o clima rigoroso em vantagem competitiva e base produtiva.

Esse fator climático sustenta uma economia fortemente concentrada na fruticultura, que responde por cerca de 70% da atividade econômica local, segundo dados da Prefeitura de São Joaquim, com um PIB municipal de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, dos quais cerca de R\$ 1 bilhão vêm diretamente do setor agrícola. O município ainda reúne cerca de 2 mil fruticultores ativos e se destaca no cenário nacional por possuir quatro produtos com **Indicação Geográfica** reconhecida pelo **INPI**, incluindo maçã Fuji, vinhos de altitude, mel de melato de bracatinga e queijo artesanal serrano.

O que fazer em São Joaquim além de provar a maçã?

O turismo na Serra Catarinense saltou de 60 mil para mais de 200 mil visitantes anuais na última década. A cidade alia natureza, enoturismo e arquitetura serrana em um raio de poucos quilômetros do centro.

Parque Nacional de São Joaquim : unidade de conservação federal administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) , com cânions, campos de altitude e trilhas em araucárias.

: unidade de conservação federal administrada pelo , com cânions, campos de altitude e trilhas em araucárias. Complexo dos Vinhedos : corredor ao longo da SC-114 com Villa Francioni, Pericó, Quinta da Neve e Monte Agudo, entre outras vinícolas de altitude abertas para degustação.

: corredor ao longo da SC-114 com Villa Francioni, Pericó, Quinta da Neve e Monte Agudo, entre outras vinícolas de altitude abertas para degustação. Parque Nacional da Maçã e do Vinho : 214 mil m² a dois quilômetros do centro, palco da Festa Nacional

Continuação: A mais de 1.100 metros de altura, a "Capital da Maça" chega a -10 °C e fatura R\$ 1 bilhão, transformando o frio extremo em ouro

da Maça desde 1954.

: 214 mil m² a dois quilômetros do centro, palco da Festa Nacional da Maça desde 1954. Mirante dos Pinheiros : ponto clássico de pôr do sol entre montanhas cobertas por araucárias.

: ponto clássico de pôr do sol entre montanhas cobertas por araucárias. Snow Valley: parque ecológico inaugurado nos anos 1970, inspirado em modelos norte-americanos, com trilhas, cascatas e arvorismo a 10 km do centro.

O vídeo é do canal Felipe Tavares Mapa de Viajante, que conta com 12 mil inscritos, e detalha um roteiro completo por São Joaquim, Urubici e Bom Jardim da Serra, focando em gastronomia, pontos turísticos e dicas de hospedagem.

Quando ir e o que comer na cidade mais fria do Brasil?

O clima é temperado oceânico, com temperatura média anual de 13,5°C. O inverno é a alta temporada, e a cidade já registrou 103 episódios de neve entre 1980 e 2010. A 25ª Festa Nacional da Maça acontece entre 7 e 10 de maio de 2026, marcando o fim da safra.

ã, Verão Dez - Fev 12-24°C Temperatura É tempo de vindima nas vinícolas e aventuras em trilhas, aproveitando os dias mais longos apesar da chuva alta. ã, Chuva Alta ð Outono Mar - Mai 8-20°C Temperatura A estação traz a tradicional colheita da maçã e celebrações na Festa Nacional, com clima de transição agradável. ð Colheita ð Inverno Jun - Ago -2-15°C Temperatura O auge do frio serrano com neve e geada. A pedida certa é relaxar com um fondue em frente à lareira. ã, Neve/Geada ð, Pri-

mavera Set - Nov 6-22°C Temperatura Um espetáculo visual com a florada das macieiras e cerejeiras, colorindo a paisagem com chuvas moderadas. ð, Florada

Temperaturas aproximadas com base no ClimaTempo. Condições podem variar.

Na mesa, a herança serrana se traduz em frescal, queijo artesanal, mel de bracinga, trutas e fondues nos restaurantes do centro. As vinícolas servem rótulos de Cabernet Sauvignon, Chardonnay e Pinot Noir, cultivados a mais de 1.300 metros de altitude.

Como chegar a São Joaquim?

São Joaquim, na Serra Catarinense, está localizada a cerca de 218 km de Florianópolis e aproximadamente 81 km de Lages, em uma das regiões de maior altitude do estado. O acesso principal é feito pela BR-282, passando por Lages, ou pela SC-390, com conexão à BR-101, formando rotas bem estruturadas até o planalto serrano.

Por não possuir aeroporto comercial, o deslocamento aéreo exige chegada aos terminais mais próximos, como o Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis, ou o Aeroporto de Navegantes, ambos com voos regulares das principais capitais do Brasil. A partir deles, o trajeto até São Joaquim é feito por rodovia, em uma viagem que atravessa paisagens típicas da serra catarinense e dura cerca de quatro horas desde a capital.

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem	6,7
Direitos Autorais	4,5
Marco regulatório INPI	6,7
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5